016. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0057562-69.2017.8.19.0000 Assunto: Empréstimo consignado / Bancários / Contratos de Consumo / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: PETROPOLIS 3 VARA CIVEL Ação: 0021936-57.2017.8.19.0042 Protocolo: 3204/2017.00567354 - AGTE: BANCO BMG S A ADVOGADO: ANDRE RENNO L.G.DE ANDRADE OAB/MG-078069 ADVOGADO: BREINER RICARDO DINIZ RESENDE OAB/MG-084400 AGDO: JACIMIR JOSÉ VENÂNCIO ADVOGADO: DANIEL XAVIER DE LIMA OAB/RJ-205992 AGDO: SABEMI SEGURADORA S/A ADVOGADO: JULIANO MARTINS MANSUR OAB/RJ-113786 **Relator: DES. SERGIO SEABRA VARELLA** Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RELAÇÃO DE CONSUMO. LIMITE DE DESCONTOS A TÍTULO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS.1. Acórdão que determinou a limitação dos descontos a título de empréstimos consignados no patamar de 40% dos vencimentos brutos do autor. Decisão que partiu da premissa equivocada de que o demandante era militar estadual.2. Autor que é militar das Forças Armadas, vinculado ao Exército. Aplicação da Medida Provisória 2.215/01, que é norma especial. Autorização para que o total dos descontos (obrigatórios e autorizados) sobre a remuneração ou provento do Militar alcance o limite máximo de 70%, assegurando-lhe a percepção de 30% da remuneração bruta. Incidência do art.14, §3º da Medida Provisória 2.215/01. Precedentes do STJ e desta Câmara Cível.3. Acolhimento dos embargos de declaração, com efeitos infringentes, para dar provimento parcial ao agravo de instrumento do réu Banco BMG S/A, a fim de limitar os descontos realizados pela parte ré no contracheque do autor, a título de empréstimos consignados, ao percentual máximo de 70% (setenta por cento) de seus rendimentos brutos, excluindo-se os descontos obrigatórios. No mais, mantém-se o acórdão embargado.4. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Conclusões: Por unanimidade de votos, deu-se provimento aos Embargos de Declaração com Efeitos Infringentes para dar parcial provimento ao Agravo de Instrumento do réu Banco BMG S/A, nos termos do voto do Relator.

017. APELAÇÃO 0127975-12.2014.8.19.0001 Assunto: Auxílio-Doença Acidentário / Benefícios em Espécie / DIREITO PREVIDENCIÁRIO Origem: CAPITAL 8 VARA CIVEL Ação: 0127975-12.2014.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00026752 - APELANTE: FRANCISCO CARLOS DE PINHO ADVOGADO: LYDIA FIGUEIREDO DE LIMA OAB/RJ-081949 APELADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS PROC.FED.: GISELA DE CASTRO PIRES **Relator: DES. SERGIO SEABRA VARELLA** Funciona: Ministério Público Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO ACIDENTE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AUTORA.1. Demandante que pretende a realização de nova prova pericial. Ausência de argumentos técnicos. Mero inconformismo com a conclusão do laudo que não autoriza a sua repetição. Aplicação do enunciado 155 da súmula do TJRJ.2. Art. 86 da Lei nº 8.213/1991. A incapacidade permanente para o trabalho é pressuposto para que o segurado faça jus ao benefício em questão, sendo necessário que se comprove, ainda, a existência do nexo de causalidade entre a doença apresentada e as condições de trabalho.3. Laudo pericial negativo. Expert que concluiu pela inexistência de perda ou redução da capacidade para o trabalho do autor. Demandante que não é portador de sequela permanente que o impeça de exercer sua profissão.4. Sentença de improcedência que se mantém.5. NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

018. APELAÇÃO 0013409-20.2011.8.19.0045 Assunto: Cobrança de Tributo / Dívida Ativa / DIREITO TRIBUTÁRIO Origem: RESENDE CENTRAL DE DIVIDA ATIVA Ação: 0013409-20.2011.8.19.0045 Protocolo: 3204/2018.00021518 - APELANTE: MUNICÍPIO DE RESENDE ADVOGADO: GIOVANA TOGNOLO VILELA MACEDO OAB/RJ-113576 APELADO: ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA SANTA ÚRSULA **Relator: DES. SERGIO SEABRA VARELLA** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. EXERCÍCIOS DE 2008 E 2009. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. IRRESIGNAÇÃO DO EXEQUENTE.1. Alienação do imóvel após o lançamento do débito fiscal e depois do ajuizamento da ação. Leilão judicial realizado em processo trabalhista. Município que pretende o redirecionamento da execução fiscal, fazendo constar o atual proprietário do bem.2. Nos casos em que a alienação é realizada em leilão, o arrematante adquire o bem livre dos ônus fiscais, pois os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, se sub-rogam no preço da arrematação. Aplicação do art.130, parágrafo único, do CTN. Impossibilidade de atribuir ao atual proprietário a responsabilidade tributária pendente.3. Auto de arrematação que contém expressa previsão no sentido de que "A venda foi procedida na forma do parágrafo único do artigo 130 do CTN, sub-rogando-se o débito de IPTU no valor, lançado".4. Incabível o redirecionamento da execução fiscal pretendido, com a alteração do polo passivo. 5. Compete ao Fisco perseguir o seu crédito junto ao Juízo da 82ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Ainda que o preço alcançado na arrematação do bem seja insuficiente para a quitação do débito tributário, o arrematante não poderá ser responsabilizado pela dívida, permanecendo o executado obrigado pelo pagamento de eventual débito remanescente.6. Impossibilidade de redirecionamento da execução fiscal. 7. Sentença que se anula, permanecendo no polo passivo o antigo proprietário do bem imóvel.8. DÁ-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO PARA ANULAR A SENTENÇA. Conclusões: Por unanimidade de votos, deu-se parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

019. APELAÇÃO 0036562-07.2013.8.19.0209 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: BARRA DA TIJUCA REGIONAL 3 VARA CIVEL Ação: 0036562-07.2013.8.19.0209 Protocolo: 3204/2018.00017543 - APELANTE: EIFFEL COMERCIO AUTOMOTIVO LTDA ADVOGADO: GLAUCIA REGINA DO AMARAL JACOB RIBEIRO OAB/RJ-091557 ADVOGADO: DIOGO ZACARON RODRIGUES GIANNOTTI OAB/RJ-156313 APELADO: ELAINE BEVILAQUA DE REZENDE ADVOGADO: ALEX DIOGO DE ASSIS BASTOS OAB/RJ-178988 ADVOGADO: ACACIO JOSÉ FERREIRA PINTO OAB/RJ-106531 ADVOGADO: FRANCIANA VAZ BRANCO PEÇANHA OAB/RJ-197557 **Relator: DES. SERGIO SEABRA VARELLA** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEMORA NA ENTREGA DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A REGULARIZAÇÃO DO VEÍCULO JUNTO AO DETRAN. PEDIDO RELATIVO AOS DANOS MATERIAIS FOI JULGADO IMPROCEDENTE E NÃO É OBJETO DESTES RECURSOS.1. Pedido de anulação da sentença sob o argumento de cerceamento de defesa. Depoimento da parte autora não teria utilidade ao deslinde da causa, uma vez que controversia em relação a compra e venda do veículo deve ser dirimida pelos documentos anexados aos autos.2. Demandante comprovou a época em que adquiriu o veículo, a data em que o documento de transferência foi preenchido no seu nome e a pessoa jurídica que alienou o bem. Apelante não suscitou a falsidade do documento apresentado, na peça de bloqueio. Instada a se manifestar sobre as provas que pretendia produzir, a parte ré não requereu a produção de prova técnica, para demonstrar a alegada adulteração no documento de transferência. Tela colacionada na contestação, informa que a proprietária do veículo era a empresa ré e compradora a autora.3. Falha na prestação do serviço da parte ré caracterizada. Fornecedor de serviços que responde objetivamente pelos danos sofridos pelo consumidor, somente se eximindo de tal responsabilidade se comprovada uma das excludentes previstas no artigo 14, § 3º, da Lei 8.078/90. Recorrente não demonstrou ter tomado as devidas providências para regularização do bem em tempo razoável.4. Dano moral configurado. Consumidora que teve frustradas suas expectativas, pois ficou impossibilitado de usufruir o bem adquirido temporariamente. 5. Quantum indenizatório mantido, observando-se os fatos narrados e as provas colacionadas aos autos. Adequação às peculiaridades do caso concreto. Precedentes deste Tribunal. Aplicável, nesse ponto, o entendimento contido no enunciado nº 343 da súmula deste